

Argo Energia
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de
2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo de contrato de concessão

Veja a nota explicativa 3.9 (a) (ii) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Assunto

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 apresenta saldo de ativo de contrato de concessão no montante de R\$ 6.048.500 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 267.485 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer mensuração da contraprestação variável reconhecida no exercício de 2021, foi considerada significativa para nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;
- (ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais;
- (iii) Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de



que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas



relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de janeiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink that reads 'Fabian Junqueira Sousa'. The signature is written in a cursive style.

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	54	70	20.457	1.065	Fornecedores	13	404	268	24.640	72.404
Títulos e valores mobiliários	5	133.119	3.733	632.546	284.356	Financiamentos CP	19	-	-	245.711	5.851
Contas a receber de clientes	6	-	-	54.677	55.955	Debêntures CP	20	-	-	90.701	46.505
Tributos a recuperar	7	100	-	43.675	-	Imposto de renda e contribuição social	27	-	-	5.754	897
Despesas pagas antecipadamente	8	11	19	682	497	Obrigações tributárias	14	120	11	12.853	10.453
Ativo de Contrato	9	-	-	738.834	137.283	Obrigações regulatórias	16	-	-	6.562	4.914
Outros tributos a compensar		-	812	-	883	Dividendos a pagar		9.042	11.785	9.042	11.785
Contas a receber - Partes relacionadas		-	-	-	41	Ações preferenciais resgatáveis	17	3.743	983	3.743	983
Outros créditos		1	88	19.475	49.201	Contas a pagar - partes relacionadas		-	-	-	-
Total do ativo circulante		133.285	4.722	1.510.346	529.281	Provisões CP	18	-	-	7.916	3.558
						PIS e COFINS diferidos	21	-	-	65.594	12.699
NÃO CIRCULANTE						Encargos sociais e trabalhistas	15	-	-	12.768	15.327
Imposto de renda e contribuição social a compensar		812	-	812	-	Outros passivos		35	-	1.631	2.770
Dividendos a receber		3.825	6.899	-	-	Total do passivo circulante		13.344	13.047	486.915	188.146
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	-	1						
Contas a receber (ativo de concessão)	9	-	-	5.309.666	5.497.974	NÃO CIRCULANTE					
Fundos Vinculados - Caixa restrito	10	-	-	138.088	133.150	Financiamentos LP	19	-	-	2.332.477	2.323.513
Investimentos	11	2.213.413	1.993.472	-	-	Debêntures LP	20	-	-	516.293	531.099
Imobilizado	12	-	-	24.820	24.350	Ações preferenciais resgatáveis LP	17	200.000	200.000	200.000	200.000
Intangível	12	-	-	23.823	23.386	Provisões	18	-	-	20.000	23.823
Total do ativo não circulante		2.218.050	2.000.371	5.497.209	5.678.861	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	840.600	661.196
						PIS e COFINS diferidos LP	21	-	-	473.279	488.319
						Total do passivo não circulante		200.000	200.000	4.382.649	4.227.950
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22	528.483	528.483	528.483	528.483
						Reserva de capital	22	(86.721)	(86.721)	-	(86.721)
						Reserva de lucro	22	1.545.822	1.196.738	1.545.822	1.196.738
						Dividendos adicionais propostos	22	150.407	153.546	150.407	153.546
						Total do patrimônio líquido		2.137.991	1.792.046	2.137.991	1.792.046
TOTAL DO ATIVO		2.351.335	2.005.093	7.007.555	6.208.142	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.351.335	2.005.093	7.007.555	6.208.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.012.595	1.732.217
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	25	-	-	(40.626)	-
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	25	-	-	(27.418)	(309.652)
LUCRO BRUTO		-	-	944.551	1.422.565
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	25	(4.736)	(81.303)	(34.869)	(118.324)
Outras despesas e receitas operacionais		-	-	(10.979)	-
Amortização do direito de concessão	25	(888)	-	(888)	-
Resultado da equivalência patrimonial		365.808	728.078	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		360.184	646.776	897.815	1.304.241
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	1.291	292	30.484	7.400
Despesas financeiras	26	(9.043)	(5.924)	(378.090)	(265.231)
		(7.752)	(5.632)	(347.606)	(257.831)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		352.432	641.144	550.209	1.046.410
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	27 b)	-	-	(6.686)	(14.100)
Diferido	27 b)	-	-	(191.091)	(391.166)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		352.432	641.144	352.432	641.144
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO)	28	0,9775	1,7782	0,9775	1,7782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	352.432	641.144	352.432	641.144
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>352.432</u>	<u>641.144</u>	<u>352.432</u>	<u>641.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	de capital	legal	de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		528.483	6.288	36.761	485.434	150.407	-	1.207.373
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	641.144	641.144
Destinação do lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	-	-	-
Reversão reserva de remuneração baseada em ações		-	(93.009)	(2.974)	-	-	-	(95.983)
Constituição de Reserva legal		-	32.057	-	-	-	(32.057)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(6.091)	(6.091)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	3.139	(3.139)	-
Aplicação Ofício Circular 04/2020 - CVM	22	-	-	-	45.603	-	-	45.603
Reserva de Lucro	22	-	-	-	599.857	-	(599.857)	-
	22	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.483	(86.721)	33.787	1.130.894	153.546	-	1.792.046
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	352.432	352.432
Reversão reserva de remuneração baseada em ações	24	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva legal		-	-	17.622	-	-	(17.622)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.348)	(3.348)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(3.139)	-	(3.139)
Reserva de Lucro		-	-	-	331.462	-	(331.462)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	1.462.356	150.407	-	2.137.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		352.432	641.144	352.432	641.144
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	191.091	391.167
Provisão para PIS e COFINS diferidos	21	-	-	37.855	114.553
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III	11	888	-	888	888
Remuneração do ativo de contrato	24	-	-	(990.112)	(671.364)
Receita de operação e manutenção	24	-	-	(107.345)	-
Receita de construção e eficiência na implementação da infraestrutura	24	-	-	(30.726)	(1.200.019)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	5	(1.291)	(292)	(30.484)	(7.400)
Resultado de equivalência patrimonial		(365.808)	(728.078)	-	-
Depreciação e Amortização	12	-	-	2.276	1.950
Despesas com stock options		-	28.856	-	28.856
Juros sobre empréstimos, debêntures, ações resgatáveis e amortizações		8.790	5.668	336.042	244.127
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(4.989)	(52.702)	(238.083)	(456.098)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	6	-	-	1.278	(4.822)
Contas a receber (ativo de concessão)	9	-	-	714.940	458.607
Tributos a recuperar	7	(100)	-	(43.675)	9.467
Despesas pagas antecipadamente	8	8	6	(185)	367
Partes relacionadas		-	-	41	-
Outros créditos		23	(61)	29.726	(48.061)
Títulos e valores mobiliários	5	(128.095)	20.745	(317.706)	93.047
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	13	136	(847)	(47.764)	(23.536)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	4.857	38.907
Obrigações tributárias	14	109	(62)	2.400	1.850
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	(1.428)	6.206
Obrigações regulatórias	16	-	-	1.648	3.693
Partes relacionadas		-	(22)	-	(41)
Outros passivos		35	(29)	(1.139)	2.770
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(132.873)	(32.972)	104.909	82.356
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(9.247)	(14.028)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(132.873)	(32.972)	95.662	68.328
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	12	-	-	(4.070)	(7.863)
Dividendos recebidos	22	144.978	164.891	-	-
Aumento (redução) de capital em controladas		-	7.550	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		144.978	172.441	(4.070)	(7.863)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação/pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	-	-	(52.001)	126.802
Fundos vinculados - Caixa restrito	10	-	-	(4.938)	(47.503)
Pagamento baseado em ações		-	(124.822)	-	(124.822)
Pagamento de juros sobre as ações preferenciais resgatáveis	17	(6.031)	(14.593)	(6.031)	(14.593)
Dividendos pagos	22	(6.090)	-	(9.230)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(12.121)	(139.415)	(72.200)	(60.116)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16)	54	19.392	349
Caixa proveniente da aquisição					-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	54	70	20.457	1.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	70	16	1.065	716
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16)	54	19.392	349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	30.726	1.139.542
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	107.346	92.450
Remuneração do contas a receber	-	-	-	-
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	990.111	671.363
Parcela Variável e outras deduções	-	-	(9.993)	-
Outras Receitas	-	-	900	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(4.736)	(52.445)	(56.596)	(337.328)
Materiais	-	-	-	(1.434)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.736)	(52.445)	1.062.494	1.564.593
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(888)	(888)	(3.139)	(2.838)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(5.624)	(53.333)	1.059.355	1.561.754
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	365.808	728.966	-	-
Outras despesas e receitas operacionais	-	-	(10.792)	-
Receitas financeiras	1.291	292	30.484	7.400
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	361.475	675.925	1.079.047	1.569.154
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	361.475	675.925	1.079.047	1.569.154
Pessoal	-	28.856	44.032	86.149
Remuneração direta	-	28.856	35.969	78.693
Benefícios	-	-	5.411	5.288
FGTS	-	-	2.652	2.168
Impostos, taxas e contribuições	-	2	305.144	576.630
Tributos federais	-	2	305.144	576.630
Remuneração de capitais de terceiros	9.043	5.924	377.439	265.231
Juros	9.043	5.924	377.439	265.231
Remuneração de capitais próprios	352.432	641.144	352.432	641.144
Lucro líquido do exercício	352.432	641.144	352.432	641.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	100%	100%

a. Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$519.944 (valor para o ciclo 2021-2022) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TDL (termo de liberação definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado do exercício no momento em que ocorreu.

b. Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 11 de julho de 2021, a ARGO II concluiu parte de suas instalações, disponibilizando à operação comercial o Compensador Síncrono 9CP2, bem como o banco de transformadores 9TF2 e os disjuntores de 500 kV 9022 (Módulo Geral) e 9032 da SE Janaúba III, o que lhe assegura o direito de recebimento de 90% da RAP correspondente a estas instalações concluídas. A Companhia estima finalizar a construção do empreendimento em fevereiro de 2022, e o

investimento total previsto é de aproximadamente R\$148.700. A RAP foi determinada em R\$39.400 (valor original) e atualizada para R\$44.607 (valor para o ciclo 2020-2021), com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c. Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4,230 kV, com extensão de 145 km; Unha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022 e a Companhia tem a previsão de concluir sua construção em julho de 2022. Atualmente, a Argo III encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Argo III conta com aportes que serão realizados pelos acionistas e captação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para honrar seus compromissos financeiros e, conseqüentemente, a conclusão do projeto. Os referidos aportes estão respaldados nas obrigações contidas no plano de negócios da Companhia.

O investimento total previsto é de aproximadamente R\$562.292. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$85.825 (valor para o ciclo 2021-2022), que será acrescido de PIS e COFINS.

A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo III.

1.1 Impactos da COVID-19

De acordo com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando atentamente os impactos do COVID-19 em seus negócios onde avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostraram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas seguem no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Durante esse período de pandemia as obras na controlada Argo II sofreram uma paralização devido ao decreto da prefeitura de Janaúba o qual não teve impacto relevante no cronograma de andamento da obra. A Companhia implementou ações para garantir o fluxo normal de seus negócios e atividades, como: ampliação do trabalho remoto para as áreas de administrativas, restrições de viagens, disponibilização de canal para orientação médica via telefone. Até o momento a Companhia não identificou impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nestas demonstrações financeiras.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

3 Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do ORA – Outros Resultados Abrangentes, dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Ações preferenciais	Custo amortizado

3.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Para a controlada ARGO II, o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo método do lucro presumido, regime caixa, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017, no qual as bases são obtidas a partir da aplicação de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, acrescidas do total de receita financeira durante o exercício. Sobre a base de cálculo aplicam-se as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória mas apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);

- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);
- (d) E a segunda parte da DVA reflete:
- (e) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O saldo comparativo da rubrica de títulos e valores mobiliários na demonstração de fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2020 foi reclassificado de atividade operacional para atividade de investimento.

3.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos diluidores para fins de apresentação neste demonstração financeira.

3.9 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de Contrato

As subsidiárias da Companhia possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada

através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato varia de 9,67% a 9,76% ao ano, dependendo do contrato de concessão

Adicionalmente, A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente

provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2021 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 267.485 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como todos os 3 contratos de concessão detidos pelas subsidiárias da Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1 (a), (b) e (c)), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.10 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos de contrato (concessão)

Um ativo de concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito

negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo de contrato é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Não foram identificados eventos que devessem ser submetidos ao teste de impairment.

3.11 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um único segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica, que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que o Conselho de Administração, os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avalia a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2021.

A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis.

IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	7	-	19.804	186
Títulos de renda fixa CDB (*)	47	70	653	879
Total	54	70	20.457	1.065

(*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 20% do CDI, e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores mobiliários (*)	133.119	3.733	632.546	284.356
Total	133.119	3.733	632.546	284.356

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e em Fundos Santander e Itaú Referenciados DI (referenciado na variação do CDI) com remuneração média de 106,2% do CDI no período findo em 30 de setembro de 2021 (94% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes - consolidado

31/12/2021 31/12/2020

Contas a receber de Clientes	54.677	55.955
Total	54.677	55.955

7 Títulos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL	100	-	43.170	-
Outros impostos	-		505	-
Total	100	-	43.675	-

8 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a apropriar	11	19	682	480
Outras despesas a apropriar		-	-	18
Total	11	19	682	498
Classificados como:				
Circulante			682	497
Não circulante			-	1

9 Ativo de contrato

Saldos acumulados:	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	4.224.542	4.222.205
Remuneração do ativo de concessão	2.840.015	1.107.443
Recebimentos / Reclassificação contas a receber	(1.215.854)	(477.240)
Ganho de eficiência (i)	-	742.483
Receita de operação e manutenção	199.797	-
Ajuste Ofício Circular 04/2020 – CVM (ii)	-	40.366
Total	6.048.500	5.635.257
Circulante	738.834	137.283

Não circulante 5.309.666 5.497.974

- (i) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TDL – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela NOS – Operador do Sistema Nacional.
- (ii) Refere-se aos impactos da adoção inicial do ofício circular 04/2020 – CVM

Margens de Obrigações de Performance

	Consolidado	
	2021	2020
Margem de Construção		
Receita	30.736	403.203
Custos	<u>(27.418)</u>	<u>(266.671)</u>
Margem (R\$)	<u>3.308</u>	<u>134.775</u>
Margem Percebida (%)	(10,8%)	33,4%
Margem de O&M		
Receita	107.345	92.450
Custos	<u>(40.626)</u>	<u>(42.981)</u>
Margem (R\$)	<u>66.719</u>	<u>49.469</u>
Margem Percebida (%)	62,2%	53,5%

A movimentação do saldo de contas a receber (ativo da concessão) é como segue:

Saldo em 31/12/2019	4.241.114
Receita de Construção	403.203
Remuneração do ativo de concessão	671.362
Recebimentos / Reclassificação para contas a receber	(463.271)
Ganho de Eficiência (*)	742.483
Ajuste Ofício Circular 04/2020 – CVM	40.366
Saldo em 31/12/2020	<u>5.635.257</u>
Receita de construção	(37.814)
Remuneração do ativo de concessão (receitas financeiras)	963.438
Receita de operação e manutenção	107.345
Recebimentos / Reclassificação para contas a receber	(714.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.048.500

10 Fundos vinculados – Caixa Restrito

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta Reserva (i)	138.088	133.150

Total 138.088 133.150

- (i) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

11 Investimentos em controladas – controladora

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	2.190.702	1.969.873
Direito de Concessão (*)	22.711	23.599
Total	2.213.413	1.993.472

(*) Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

- (a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96:

Controlada	Saldo em 31/12/2019	Amortização do direito de concessão	Diminuição de capital	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Argo I	1.187.449	-	-	(164.161)	592.502	1.615.790
Argo II	49.945	-	-	(788)	127.547	176.704
Argo III	183.811	(888)	(7.550)	(79)	25.684	200.978
Total	1.421.205	(888)	(7.550)	(158.274)	745.733	1.993.472

Controladas	Saldo em 31/12/2020	Amortização do direito de concessão Argo III	Dividendos Recebidos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Argo I	1.615.790	-	(144.608)	393.370	1.864.552
Argo II	180.732	-	(245)	670	181.157
Argo III	196.950	(887)	(125)	(28.233)	167.704

1.993.472 (887) (144.978) 365.806 2.213.413

(b) Informações relevantes sobre as controladas

31/12/2021								
Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.627.267	1.881.357	1.864.552	882.365	393.370
Argo II	38.045.000	100%	38.045	386.280	205.123	181.157	(21.897)	670
Argo III	116.250.000	100%	116.250	837.748	692.755	144.993	83.586	(28.233)

31/12/2020								
Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.006.299	3.384.633	1.621.666	1.274.404	636.522
Argo II	38.045.000	100%	38.045	403.850	226.347	177.503	215.829	84.075
Argo III	116.250.000	100%	116.250	776.303	604.082	172.221	241.984	8.369

12 Imobilizado e intangível – consolidado

(a) Imobilizado - Consolidado

	Taxa média depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e Equipamentos	6,71%	19.404	(2.495)	16.909
Veículos	13,16%	8.187	(1.318)	6.869
Móveis e utensílios	5,24%	1.199	(157)	1.042
Total		28.790	(3.970)	24.820

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	16.563	1.472	(1.140)	16.895
Veículos	5.809	1.698	(569)	6.938
Móveis e utensílios	1.014	42	(69)	987
Total	23.386	3.212	(1.778)	24.820

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2020

*Argo Energia Empreendimentos e
Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2021*

Máquinas e Equipamentos	11.897	5.751	(1.085)	16.563
Veículos	4.669	1.763	((623)	5.809
Móveis e utensílios	827	255	(68)	1.014
Total	17.393	7.769	(1.776)	23.386

(b) Intangível – Consolidado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Softwares	1.609	(498)	1.111
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(2.514)	22.712
Total	26.835	(3.012)	23.823

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2020 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Softwares	831	94	(174)	751
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	24.487	-	(888)	23.599
Total	25.318	94	(1.062)	24.350

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares	751	858	(498)-	1.111
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	<u>23.599</u>	<u>-</u>	<u>(887)</u>	<u>22.712</u>
Total	24.350	858	(1.385)	23.823

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços - ativo em construção		-	294	486
Outros*	403	268	24.346	71.918
Total	403	268	24.640	72.404

(*) Compreende as obrigações junto a fornecedores de materiais e equipamentos utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

14 Obrigações tributárias - consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Pis e Cofins	10.704	10.164
ICMS - diferencial de alíquota	1.764	108
ISS de terceiros	108	88
Outros tributos	277	93
Total	<u>12.853</u>	<u>10.453</u>

15 Encargos sociais e trabalhistas - consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de bônus	7.142	12.118
Provisão de férias	2.452	1.939
Salários	305	472
Encargos trabalhistas	2.869	798
Total	<u>12.768</u>	<u>15.327</u>

16 Obrigações regulatórias – consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para P&D	4.229	2.569
Encargos regulatórios a recolher (*)	2.333	2.345
Total	<u>6.562</u>	<u>4.914</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Ações preferenciais resgatáveis

Controladora e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Ações preferenciais resgatáveis	200.000	200.000
Juros	3.743	983
Total	<u>203.743</u>	<u>200.983</u>
Classificado como:		
Circulante	3.743	983

Não circulante 200.000 200.000

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 200.000 remunerados à taxa CDI, totalizando juros de R\$ 3.743 registrados em 31 de dezembro de 2021.

O prazo de resgate é até 30 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante.

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

18 Provisões – consolidado

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, a controladora Argo I estimou os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são:

	31/12/2021	31/12/2020
Compromissos socioambientais	2.397	2.245
Compensação ambiental	13.770	15.738
Regularização fundiária	6.509	5.985
Outras provisões	5.240	3.413
Total	27.916	27.381
Classificado como:	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	7.916	3.558
Não circulante	20.000	23.823

19 Financiamentos – consolidado

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

Instituição financeira	Saldo em 31/12/2019	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2020	Captações/Pagamentos	Custo de Captação	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2021
BNDES (a)	1.718.482	-	132.415	1.850.897	(19.260)		140.332	1.971.969
BNDES (b)	349.959	95.670	10.981	487.656	20.000		81.565	589.221
BNDES (c)	64.906	79.754	42.028	155.541	-		24.363	180.004
(-) Custos a amortizar	(125.889)	(48.622)	9.680	(164.831)		(5.825)	7.650	(163.006)
Total	2.007.458	126.802	195.104	2.329.364	740	(5.825)	253.910	2.578.188

Classificados como:

Circulante	-	-	-	5.851	-	-	-	245.711
Não Circulante	<u>2.007.458-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.323.513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.332.477</u>

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado é de R\$95.670 (R\$343.200 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.
- c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a intervenção da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado é de R\$79.754 (R\$63.800 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2021
2023	276.648
2024	288.582
2025	313.503
2026	313.181
2027 em diante	1.291.842
(-) Custo a amortizar	<u>(151.279)</u>
Total	<u>2.332.477</u>

Garantias Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de novembro de 2021.

Argo II

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de setembro de 2022.

Argo III

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização inicial do principal que se dará em 15 de março de 2023.

Em 31 de dezembro de 2021, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

O Grupo realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

20 Debêntures

	Saldo em 31/12/2019	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2021
1ª emissão de debêntures	520.320	60.990	581.310	(52.741)	81.885	610.454
(-) Custos a amortizar	(3.923)	217	(3.706)	-	247	(3.459)
Total	516.397	61.206	577.604	52.741	82.132	606.995
Classificado como:						
Circulante	-	-	46.505		-	90.701
Não circulante	516.397	-	531.099		-	516.293

Única emissão de debentures

Em 24 de agosto de 2018, a Controladora Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2021
2023	65.183
2024	58.506
2025	52.359
2026 em Diante	343.705

(-) Custo a amortizar	(3.459)
Total	<u>516.294</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

As controladas da Companhia possuem cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Possui também cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização inicial do principal que se dará em 15 de dezembro de 2021.

O Grupo realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

21 PIS e COFINS diferidos – consolidado

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	386.485
Constituição	61.857
Realização	(52.696)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	501.018
Constituição	101.383
Realização	(63.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>538.873</u>
Classificado como:	
Circulante	65.594
Não circulante	473.279

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

22 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito é de R\$595.691, totalmente integralizado, sendo representado por 360.549.746 ações ordinárias e 38.155.607 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2021			
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Red Electrica Brasil Holding Ltda.	180.274.873	50%	180.274.873	50%
Grupo Energia Bogotá S.A.	180.274.873	50%	180.274.873	50%
Total	<u>360.549.746</u>	<u>100%</u>	<u>360.549.746</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social realizado.

c) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou R\$331.462 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

O valor da reserva de lucros que exceder o montante do Capital Social, terá a destinação deliberada pela próxima AGO da Companhia.

d) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou R\$ 3.348 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	352.432	641.144
Reserva legal - (5%)	<u>(17.622)</u>	<u>(32.057)</u>
Lucro líquido ajustado	334.811	609.087
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(3.348)	(6.091)
Reservas de lucros	(331.463)	(599.857)
Dividendos adicionais propostos	-	(3.139)
Total	<u>-</u>	<u>(9.230)</u>
Dividendo por ação ordinária	0.9775	1.7782
Dividendo por ação preferencial	0.9775	1.7782

23 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável. A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$3.084.

24 Receita operacional líquida – consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	30.726	403.203
Receita de remuneração do ativo de concessão	990.112	671.363
Receita de operação e manutenção	107.345	92.450
Ganho de Eficiência	-	742.483
Parcela variável e outras deduções	(9.993)	
Outras receitas	900	(6.145)
Receita bruta	1.119.090	1.903.354
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(39.058)	(111.225)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(58.764)	(52.203)
(-) Encargos regulatórios	(8.673)	(7.709)
Receita líquida	<u>1.012.595</u>	<u>1.732.217</u>

25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros (*)	(4.572)	(52.312)	(24.173)	(334.021)
Custo de construção		-	30.907	(1.434)
Pessoal	(2)	(8)	(41.237)	(57.302)
Aluguéis		-	(1.082)	-
Arrendamento Mercantil		-	-	(1.071)
Materiais		-	(1.303)	-
Tributos	(3)	(2)	(207)	(217)
Depreciação e amortização		-	(4.110)	(1.950)
Efeitos da liquidação antecipada do plano de opção de compra de ações (vide nota explicativa nº 21)		(28.856)		(28.856)
Amortização do Direito de concessão	(888)	(888)	(888)	(888)
Outros	(159)	(125)	(23.481)	(2.236)
Total	<u>(5.624)</u>	<u>(81.303)</u>	<u>(65.574)</u>	<u>(427.975)</u>
Valores alocados a:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(40.626)	(42.981)
Custos de construção			10.809	(266.671)
Despesas gerais e administrativas	(5.624)	(81.303)	(35.757)	(118.323)

(*) Referem-se, substancialmente, aos custos de construção relacionados ao contrato de concessão.

26 Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
--	---------------------	--------------------

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	1.291	292	30.478	7.343
Outras receitas financeiras	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
		-	6	57
Total	<u> 1291 </u>	<u> 292 </u>	<u> 30.484 </u>	<u> 7.400 </u>
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(5)	(14)	(518)
Remuneração de partes relacionadas		-		
Juros e variações monetárias		-	(336.042)	(246.437)
Outras despesas financeiras	<u>(9.041)</u>	<u>(5.919)</u>	<u>(42.035)</u>	<u>(18.276)</u>
Total	<u>(9.043)</u>	<u>(5.924)</u>	<u>(378.091)</u>	<u>(265.231)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(7.752)</u>	<u>(5.632)</u>	<u>(347.606)</u>	<u>(257.831)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2021 é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	352.432	641.144	550.209	1.046.410
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(119.827)	(217.989)	(187.071)	(355.779)
Ajustes permanentes:				
Equivalência patrimonial	365.808	247.849	-	-
Plano de opção por compra de ações	-	-	-	-
Efeito IN 1515 (b)	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	-	-
Imposto de renda diferido não constituído	-	-	-	-
Outras adições e exclusões	<u>(245.981)</u>	<u>(29.860)</u>	<u>(7.066)</u>	<u>(49.487)</u>
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-	(197.777)	(405.266)
Alíquota efetiva	0%	0%	36%	38%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
---------------------	--------------------

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

	Ativo (a)	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	33.878	(154.655)	(120.777)
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	-	38.037	-	38.037
Aquisição Argo III	-	172	(2.582)	(2.410)
Contratos de Concessão (b)	-	-	(166.206)	(166.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	72.087	(323.443)	(251.356)
Contratos de Concessão (b)	-	(910)	(414.167)	(366.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	71.177	(737.610)	(666.433)
Prejuízos fiscais (a)				
Contratos de Concessão (b)		982.275	(1.156.442)	(174.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	1.053.452	(1.894.052)	(840.600)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação durante o período de concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

28 Resultado por ação – controladora

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	352.432	641.144
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	360.549.746	360.549.746
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,9775	1,77824

29 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros - Riscos de engenharia (*)	412.210
Seguros - Responsabilidade civil	50.000
Total	<u>462.210</u>

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais.

30 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	5.528	-	5.528	9.667
Pagamento de stock options	-	28.856	-	28.856
Encargos sociais	1.518	-	1.518	1.262
Total	<u>7.046</u>	<u>28.856</u>	<u>7.046</u>	<u>49.452</u>

31 Instrumentos financeiros

	Hierarquia do valor justo	31/12/2021			
		Controlada		Consolidado	
		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	<u>113.119</u>	<u>113.119</u>	<u>632.546</u>	<u>632.546</u>
Total		113.119	113.119	632.546	632.546
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	54	54	20.457	20.457
Contas a receber de Clientes	2	-	-	54.677	54.677
Ativo de contrato	2	-	-	6.048.636	6.048.636
Caixa vinculado – caixa restrito	2	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>138.088</u>	<u>133.088</u>
Total		70	70	5.825.427	5.825.427

Outros Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedor		268	268	72.404	72.404
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.983	200.983	200.983	200.983
Financiamentos	2	-	-	2.329.364	2.329.364
Debêntures	2	-	-	<u>577.604</u>	<u>573.052</u>
Total		201.251	201.251	3.180.355	3.180.355

	Hierarquia do valor justo	31/12/2020			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	<u>3.733</u>	<u>3.733</u>	<u>284.356</u>	<u>284.356</u>
Total		3.733	3.733	284.356	284.356
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1			1.065	1.065
Clientes	2	70	70	55.955	55.955
Ativo de contrato	2	-	-	5.635.257	5.635.257
Caixa vinculado - caixa restrito	2	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>133.150</u>	<u>133.150</u>
Total		70	70	5.825.427	5.825.427
Outros Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedor		268	268	72.404	72.404
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.983	200.983	200.983	200.983
Financiamentos	2	-	-	2.329.364	2.329.364
Debêntures	2	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>577.604</u>	<u>673.052</u>
Total		201.251	201.251	3.180.355	3.180.355

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2021.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 54.677 (R\$ 55.955 em 31 de dezembro de 2020).

Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2021, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Controladora:				
Fornecedores	404	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	200.000
Total	404	-	-	200.000
Consolidado:				
Fornecedores	24.640	-	-	-
Financiamentos	245.711	276.648	288.582	1.767.247
Debêntures	90.701	65.183	58.506	392.605
Ações preferenciais resgatáveis	3.823	-	-	200.000
Total	364.875	341.831	347.088	2.359.852

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,50% ao ano, para o IPCA, é de 5,16% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2020 é de 6,08% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	20.457	2.352	1.176	588
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	632.546	72.742	36.371	18.185
Total			653.003	75.095	37.547	18.773
Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	19	1.971.969	119.896	59.948	29.974
Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	19	769.225	39.692	19.846	9.923
Debêntures	Aumento do IPCA	20	606.995	31.321	15.660	7.830
Ações preferenciais resgatáveis	Aumento do CDI	17	200.000	23.000	11.500	5.750
Total			3.075.505	139.568	106.954	53.477

(*) Referente à controlada Argo I.

(**) Referente às controladas Argo II e Argo III.

32 Compromissos

A controlada Argo II possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	2021
Serviços	1.782
Materiais e equipamentos	9.861
Total	11.643

A controlada Argo III possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual

considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	2021	2022	Total
Serviços	7.699	63	7.762
Materiais e equipamentos	10.918	-	10.918
Total	18.617	63	18.680

33 Transações que não envolvendo caixa – consolidado

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, através de suas controladas, realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços - ativo em construção em contrapartida a fornecedores		551
Provisões para custo de construção	22.924	27.381
Total	22.924	27.392

34 Eventos subsequentes

a) Aquisição de controlada:

A Argo Energia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao disposto no §4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, que, em complementação ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de outubro de 2021, no dia 03 de novembro de 2021, celebrou com a Rialma Administração e Participações S.A. um Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) para aquisição das ações representativas de 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III S.A. (“Rialma”).

A Companhia é titular dos direitos de concessão dos serviços públicos para a construção, operação e manutenção do sistema de transmissão, compreendendo a Linha de Transmissão Queimada Nova II – Milagres II, em 500 kV e com aproximadamente 322 km de extensão, e demais instalações de transmissão, localizadas nos estados do Piauí e Ceará, objeto do Contrato de Concessão nº 047/2017, firmado com a ANEEL.

O fechamento da operação regulada pelo Contrato estava sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes e à aprovação das autoridades reguladoras, dentre as quais a ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e credores, todas devidamente obtidas. A Companhia espera liquidar a transação até 31 de janeiro de 2022. O valor da empresa Rialma (capital próprio mais endividamento líquido) no fechamento da transação está estimado em R\$752

milhões.

b) Emissão de dívida - Notas promissórias

Em 27 de janeiro de 2022, a companhia, através de fato relevante, comunicou aos seus investidores e ao mercado em geral que, em Reunião de Conselho de Administração realizada em 19 de janeiro de 2022, aprovou a sua 1ª (primeira) emissão de 40 (quarenta) notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de R\$ 200.000.

A emissão das Notas Promissórias foi realizada nos termos da Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, e objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, com garantia firme do montante total das Notas Promissórias.

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O

* * *